



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 26

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 09 DE DEZEMBRO DE 2010

ÍNDICE

➤ RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	3
➤ PAGAMENTOS	3
➤ ACTA	3
➤ URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO	
LOTEAMENTOS.....	4
➤ RECURSOS FINANCEIROS	
GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES PARA OS ANOS DE 2011/2014 E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2011 E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2011.....	5
➤ EMPREITADAS E FORNECIMENTOS	
EXECUÇÃO DO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS “CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE S. FRANCISCO” – Proc.º I-02/10 – 1 – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde em fase de obra (desenvolvimento do PSS): 2 – Delegação de competências.....	13
➤ ACORDO DE FRACCIONAMENTO DE DÍVIDA REFERENTE A RENDAS EM ATRASO.....	14
➤ FRACCIONAMENTO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA – CLIENTE N.º 2767724.....	16
➤ FRACCIONAMENTO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA – CLIENTE N.º 1276955.....	16
➤ FRACCIONAMENTO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA – CLIENTE N.º 1280362.....	17
➤ PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE NAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO	18
➤ PROPOSTA DE ROSM – ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA AO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO	19
➤ TRANSFERÊNCIAS (ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS).....	21
➤ INFORMAÇÕES	24
➤ INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE	30
➤ ENCERRAMENTO	31

Aos nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, no Salão Nobre dos paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Luís Miguel Carraça Franco, na qualidade de Presidente da Câmara, encontrando-se presentes os senhores Vereadores José Luís dos Santos Alfélua Ferreira, Susana Isabel Freitas Custódio, Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, Jorge Manuel Pereira Giro, António Dias dos Santos Maduro e José Navarro Lopes Gemas.

O senhor Presidente declarou aberta a reunião:

Seguidamente, procedendo-se à leitura do seguinte:

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Referente ao dia de ontem, que acusa o saldo, em disponibilidades de operações orçamentais, no montante de quatrocentos e vinte sete mil, seiscentos e treze euros e dez cêntimos.

A Câmara tomou conhecimento.

PAGAMENTOS

O Senhor Presidente informou a Câmara que foi autorizado o pagamento das despesas, no valor de cento e sessenta e quatro mil trezentos e setenta e nove euros e noventa e nove cêntimos, a que correspondem as ordens de pagamento emitidas do número 7398 ao número 7616.

A Câmara tomou conhecimento.

ACTA

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a acta da reunião ordinária de 25 de Novembro de 2010, por unanimidade.

URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

LOTEAMENTOS

1 – Recepção Definitiva das obras de urbanização do loteamento titulado pelo alvará n.º 2/98 – Proc.º E-2/94, em nome de OLÁ Construção, Lda.

Pelo senhor Vereador José Luís dos Santos Alfélua Ferreira foi apresentada a seguinte proposta:

«Na sequência do requerimento registado em 2008/03/04 sob n.º 519, apresentado pelo requerente OLÁ – Construção, Lda. para efeitos de Recepção Definitiva e Cancelamento de Caução das Obras de Urbanização tituladas pelo alvará em epígrafe, propõe-se à Câmara Municipal:

- Homologação do Auto de Recepção Definitiva;
- Autorização para cancelamento da caução inicialmente prestada, sob a forma de garantia bancária, no valor de €897.836,21 (oitocentos e noventa e sete mil oitocentos e trinta e seis euros e vinte um cêntimos), actualmente com um valor vigente de €89.783,62 (oitenta e nove mil setecentos e oitenta e três euros e sessenta e dois cêntimos), 10% do valor inicial do montante destinado a garantir a boa execução das obras de urbanização relativas aos espaços exteriores, arruamentos e redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, que a mesma pode ser libertada com a recepção definitiva das obras de urbanização.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou homologar o Auto de Recepção Definitiva por unanimidade, bem como proceder ao cancelamento da garantia bancária acima indicada.

2 – Aprovação da alteração ao Loteamento titulado pelo alvará n.º 1/2009 – Proc.º LU.004.06, em nome de ADOBE II – Sociedade de Investimentos Imobiliários, Lda.

O assunto foi retirado da reunião.

RECURSOS FINANCEIROS

GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES PARA OS ANOS DE 2011/2014 E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2011 E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2011

Pelo senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Nos termos do ponto 2.3. do POCAL, elaboraram-se as Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Actividades Mais Relevantes para os anos de 2011 – 2014 e propostas de Orçamento para o ano de 2011.

As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de €9.699.281,00, contemplando o Plano Plurianual de Investimentos com o valor de €7.107.630,00 e as Actividades Mais Relevantes com o montante de €2.591.651,00.

A proposta de Orçamento para o ano de 2011 apresenta em receitas e despesas um total de €20.397.810,00.

É de referir que o Orçamento da Receita no valor de €20.397.810,00, reparte-se em receitas correntes no valor de €12.630.188,00 e em receitas de capital no montante de €7.767.622,00.

O Orçamento da Despesa regista um valor total de €20.397.810,00 em que as despesas correntes apresentam um valor de €12.630.188,00 e as despesas de capital o montante de €7.767.622,00.

A Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações (LVCR), Lei N.º. 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, bem como o artigo 3.º do Decreto-Lei N.º. 209/2009, de 3 de Setembro, que adapta aquela Lei à Administração Local, estabelecem princípios e orientações no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativa aos mapas de pessoal (artigos 4.º, 5.º, 7.º) nos quais se realça a regra da anuidade do mapa de pessoal, que deve obrigatoriamente, acompanhar a proposta do orçamento.

Assim, o mapa de pessoal, compreendendo a totalidade dos postos de trabalho que, face às disponibilidades orçamentais, se consideram necessários ao desenvolvimento das actividades municipais, comportando, relativamente ao anterior mapa de pessoal, aprovado em reunião de Câmara de 22/10/2010 e sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 02/11/2010, as seguintes alterações:

Anulação de 37 lugares abaixo identificados:

- Técnicos Superiores em regime de contrato a termo certo:
 - Técnico Superior na área da Antropologia: 1 lugar
 - Técnico Superior na área de Design da Comunicação: 1 lugar
 - Técnico Superior na área da Economia: 1 lugar
 - Técnico Superior de Educação Física: 3 lugares
 - Técnico Superior Comunicação Social: 1 lugar
 - Técnico Superior de História de Arte: 1 lugar
 - Engenharia Civil: 1 lugar
 - Engenharia Florestal: 1 lugar
 - Engenharia Electrotécnica: 1 lugarTotal = 11 lugares

- Assistentes Técnicos em regime de contrato a termo certo:
 - Assistente Técnico na área da Biblioteca e Documentação: 1 lugar
 - Assistente Técnico na área da Animação Cultural: 2 lugaresTotal = 3 lugares

- Assistentes Operacionais em regime de contrato a termo certo:
 - na área da acção educativa: 8 lugares
 - na área de pedreiro: 2 lugares
 - na área de serviços gerais (escolas): 2 lugares
 - na área de águas e saneamento: 1 lugar
 - na área da limpeza urbana: 2 lugar
 - na área administrativa: 2 lugares
 - na área do canil: 1 lugar
 - na área dos asfaltadores: 4 lugares
 - na área dos serviços gerais (museu) tempo parcial: 1 lugar
- Total = 23 lugares

Foi, ainda, anulado um lugar de Chefe da Divisão, de acordo com a nova proposta de Organização dos Serviços Municipais, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro.

Mais se informa que os lugares que se encontram vagos no regime de contrato a termo, bem como o lugar técnico superior de economia e o de fiscal municipal, em regime de contrato por tempo indeterminado, estão orçamentados para 9 meses. Todos os restantes lugares em regime de contrato por tempo indeterminado vagos estão orçamentados para 12 meses na sequência de procedimentos concursais a decorrer.

Assim, propõe-se:

1. A aprovação das Grandes Opções do Plano, do Plano Plurianual de Investimento e das Actividades Mais Relevantes para os anos de 2011 – 2014 e do Orçamento para o ano de 2011, no valor de €20.397.810,00, conforme a alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

2. Bem como a aprovação do Mapa de Pessoal para o ano 2011, nos termos do n.º 3 do artigo 5.º e artigo 7.º da Lei N.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.
3. O seu envio à Assembleia Municipal para deliberação, de acordo com a alínea b) e o) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.»

Aberto o período de discussão da mesma, o senhor Presidente da Câmara teceu as seguintes considerações:

A Constituição da República Portuguesa (CRP), estabelece que a Organização Democrática do Estado compreende a existência das Autarquias locais e que estas são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas.

Ao consagrar as Autarquias Locais, como um dos principais fundamentos de todo o regime democrático, a Constituição reconheceu e assimilou a autonomia local, como um dos seus princípios basilares, convicta de que a existência de autarquias locais dotadas de órgãos de decisão constituídos democraticamente e beneficiando de uma ampla autonomia quanto às competências, às modalidades do seu exercício e dos meios necessários ao cumprimento da sua missão, permitiam uma administração simultaneamente eficaz e próxima aos cidadãos.

Concretizando estes princípios (o da Autonomia do Poder Local e da Descentralização Administrativa), o legislador aprovou a Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e a Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, estabelecendo o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como a delimitação da intervenção da Administração Central e da Administração Local e do Regime Jurídico dos Órgãos dos Municípios e das Autarquias.

Por sua vez, e considerando que o direito dos cidadãos de participar na gestão dos assuntos públicos faz parte dos princípios fundamentais do Estado de Direito Democrático, a Câmara Municipal de Alcochete, materializando esse objectivo e

compromisso político de cidadania, mas também a prossecução de objectivos de Gestão Democrática e Participada, envolvendo as populações, as instituições, as associações, os agentes económicos e os trabalhadores da Autarquia, delineou e definiu as grandes linhas programáticas para o mandato 2009/2013, vertendo nos seus Documentos Previsionais o compromisso assumido para com a população de trabalhar para “Continuar a Desenvolver o Concelho” de forma sustentada, tendo em consideração a melhoria da qualidade de vida das nossas populações e contribuindo para a transformação de Alcochete, num concelho que assumiu os seguintes objectivos estratégicos:

Eixo Estratégico 1 – Gestão Integrada para o Desenvolvimento Autárquico

Modernização da Câmara Municipal, capacitando-a para a eficácia e eficiência dos serviços e produtos prestados, no âmbito de um Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança (SIQAS), promovendo a qualificação e satisfação dos seus trabalhadores, dos cidadãos, assegurando mais e melhor serviço público.

Eixo Estratégico 2 – Gestão Integrada para a Promoção da Identidade Cultural, Reforço do Sistema Local de Conhecimento e Coesão Social.

Valorizar as pessoas e as suas tradições, garantindo o apoio aos grupos sociais mais fragilizados e potenciando a emergência de redes de cooperação inter-institucional, com vista à melhoria dos padrões vida dos cidadãos, ao nível da saúde, educação, formação e à manutenção dos laços identitários locais, reforçando a coesão social.

Eixo Estratégico 3 – Gestão Integrada para o Desenvolvimento Sustentado de Alcochete.

Fazer do município de Alcochete uma referência nacional de conciliação harmoniosa e inteligente, entre crescimento sustentado, ambiente e qualidade de vida, através de implementação de políticas de desenvolvimento local, que promovam a requalificação urbana e a regeneração da frente ribeirinha e que constituam estímulo ao emprego e ao desenvolvimento económico sustentado.

Perante este quadro de referências estratégicas já integrados nos documentos previsionais identificados, submete-se, agora, para apreciação e deliberação as Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Actividades Mais Relevantes, Orçamento e Mapa de Pessoal Para o Ano de 2011.

A apresentação destes Documentos Previsionais insere-se num contexto caracterizado por uma grave recessão económica do País, sujeito a constantes constrangimentos orçamentais e a sucessivos planos de austeridade, assente num modelo de desenvolvimento esgotado e com uma conjuntura nacional e internacional de grandes incertezas.

A realidade demonstra que o País está longe de um processo de recuperação económica e de saída da crise. Persistem os mais elevados valores de desemprego, atingindo cerca de 700 mil trabalhadores e todos os indicadores apontam para o seu agravamento durante o próximo ano.

O Orçamento de Estado para o próximo ano, recentemente aprovado, onde se consolida em défice orçamental de 7,3% do PIB, revela a vontade política de insistir em “controlar o défice das contas públicas” à custa da destruição de postos de trabalho, da redução de salários e direitos dos trabalhadores, de cortes nas prestações sociais, da redução do investimento público, da destruição das funções sociais do Estado, com o encerramento de serviços públicos e transferindo a responsabilidade deste défice para as autarquias com mais cortes nas transferências do Estado para as Autarquias (corte global de 10%).

No que ao Distrito de Setúbal diz respeito, o PIDDAC passa de 364 milhões de euros (2002), de 179 milhões (2009), de 30 milhões (2010), para 19 milhões em 2011.

Esta proposta de PIDDAC representa cortes de 76% para Alcochete (2010 – 128.692 euros; 2011 – 31.000 euros).

Quanto ao Orçamento Geral do Estado, o Município de Alcochete vê reduzidas as suas transferências em menos 270.904,00 euros, ou seja, menos 8,6%.

Apesar desta realidade injusta, a CMA tem procurado manter os seus objectivos, embora reconhecendo que não tem sido possível mantê-los ao ritmo desejado.

Assim, mantêm-se para 2011 os seguintes objectivos:

- A continuação do trabalho de elaboração e actualização dos Instrumentos de Planeamento e Gestão do Município, designadamente: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho de Alcochete (Alcochete 2025), o processo de revisão do Plano Director Municipal, a inserção do nosso concelho na Unidade Territorial do Arco Ribeirinho Sul, no âmbito do PROT – AMLx, a conclusão do PAT – Programa de Acção Territorial (em articulação com o Município de Palmela);
- A manutenção do objectivo de Qualificação do Território, do Urbanismo e do Ambiente Urbano, centrado na Qualidade de Vida dos Cidadãos e na Sustentabilidade;
- A dotação do concelho de um melhor Ambiente, mais Equipamentos e melhores Serviços Urbanos, garantindo a natureza pública do fornecimento de água aos cidadãos;
- A melhoria das Acessibilidades, da Mobilidade Urbana, do Trânsito e dos Transportes Públicos, implementando o Projecto de Eco-Mobilidade Sustentável de Alcochete e a sua inserção num plano de Mobilidade e de Transporte Sub-Regionais;
- O desenvolvimento de Políticas de Solos que estimulem o Mercado Habitacional a Custos Controlados e o Arrendamento Social;
- A promoção da Inovação e do Desenvolvimento Tecnológico, estimulando a Economia, reforçando a capacidade do tecido económico local, afirmando Alcochete e a sua vocação Turística, captando investimento e acolhendo empreendimentos turísticos de qualidade;

- Conferir prioridade à Educação e ao reforço da nossa Identidade Cultural, valorizando o Sistema Local de Conhecimento e a sua inserção regional;
- A promoção da Actividade Física e do Desporto, qualificando o Movimento Associativo, apoiando a Juventude e as suas iniciativas;
- A coesão do Tecido Social, promovendo o Emprego com Direitos, a Saúde, a Integração e a Solidariedade Social;
- Continuar a desenvolver esforços no sentido de garantir a Segurança e a Protecção Civil dos Cidadãos;
- O reforço da descentralização e cooperação com as Juntas de Freguesia e aproximar a Câmara Municipal dos cidadãos;
- A melhoria da Gestão Democrática e Participada, valorizando a cidadania e qualificando os serviços da Autarquia;
- Aprofundar a Cooperação Intermunicipal, no quadro das Associações, de fins específicos, dos Municípios da Região de Setúbal, da Área Metropolitana de Lisboa, pugnano pela Regionalização e valorizando o Município, em termos Nacionais e Internacionais.

No fundamental, mantendo as grandes linhas programáticas que permitirão a consolidação de “Alcochete como um concelho com Futuro, desenvolvido de forma sustentada, planeado à escala e dimensão humana, servindo as pessoas, os seus direitos e interesses e a sua qualidade de vida”.

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por maioria, com 2 abstenções do PS e 5 votos a favor da CDU.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

Seguidamente, o senhor Vereador António Dias dos Santos Maduro apresentou o seu protesto, pelo facto de terem tido pouco tempo disponível para apreciação dos documentos, dada a sua complexidade, apesar de a Câmara ter cumprido o prazo legal de envio dos mesmos. Também o senhor Vereador José Navarro Lopes Gemas reiterou as palavras proferidas pelo Vereador António Dias dos Santos Maduro.

Face a estas declarações, o senhor Presidente da Câmara salientou entender a abstenção dos senhores Vereadores do PS como um comportamento responsável, prometendo que, no próximo ano, os documentos serão remetidos com mais antecedência.»

EMPREITADAS E FORNECIMENTOS

EXECUÇÃO DO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS “CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE S. FRANCISCO” – Proc.º I- 02/10 – 1 – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde em fase de obra (desenvolvimento do PSS): 2 – Delegação de competências

Pelo senhor Vereador José Luís dos Santos Alfélua Ferreira foi apresentada a seguinte proposta:

«De acordo com a informação técnica da Divisão de Obras Municipais e Rede Viária, n.º 133/10, somos pelo presente, a propor à digníssima Câmara Municipal de Alcochete:

- Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra, nos termos do n.º 1 do artigo. 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro;
- Delegação da Competência de Aprovação discriminada no n.º 1 do artigo. 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, no Director de Fiscalização da obra em análise, o Sr. Eng.º Vitor Valente.»

Submetida á discussão e votação, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a proposta nos termos da informação técnica.

ACORDO DE FRACCIONAMENTO DE DÍVIDA REFERENTE A RENDAS EM ATRASO

Pelo senhor Vereador Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, foi apresentada a seguinte proposta:

«De acordo com informações da Divisão de Recursos Financeiros e da Divisão da Educação, Desenvolvimento Social e Saúde, a arrendatária da fracção sita na Rua Virgílio Martinho, lote 1, 2.º andar esquerdo, em Alcochete, tem uma dívida de rendas de habitação em atraso.

De forma a facilitar a regularização desta situação, propõe-se a celebração de acordo, abaixo indicado, com a arrendatária para fraccionamento da dívida e isenção das indemnizações moratórias, conforme proposta inclusa, que já mereceu o parecer favorável do Sector de Desenvolvimento Social da DEDSS.»

ACORDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA

Entre,

Município de Alcochete, pessoa colectiva n.º 506788490, com sede no Largo de S. João, na Freguesia e Concelho de Alcochete, aqui representado por Luís Miguel Carraça Franco, na qualidade de Presidente da Câmara, com poderes para o acto que lhe foram conferidos pela alínea a) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

E,

Isabel Maria Lóia Marques, portador(a) do Bilhete de Identidade n.º 6713337, contribuinte fiscal n.º 170339742, moradora na Rua Virgílio Marinho, n.º 1 – 2.º Dto., em Alcochete;

Acordam entre si, na qualidade de entidade locadora e de arrendatária, respectivamente, o pagamento de uma dívida de rendas de habitação em atraso, correspondentes à fracção sita na Rua Virgílio Marinho, n.º 1 – 2.º Dto., em Alcochete, no montante estipulado no mapa de pagamentos junto ao presente acordo, sem o agravamento dos juros moratórios, e assinado pelas partes que o integram, nos seguintes termos e condições:

I

A arrendatária, de livre vontade e de seu interesse, aceita e compromete-se a efectuar o pagamento mensal e sucessivo de um montante mínimo equivalente a um mês das rendas em atraso, até à total liquidação do valor em dívida.

II

O disposto no ponto anterior não constitui impedimento para que a arrendatária pague mais que um mês das rendas em atraso.

III

A entidade locadora, em contrapartida, faculta à arrendatária a possibilidade de pagar o mês de renda actual, evitando desta forma o aumento da dívida.

IV

A arrendatária fica ciente de que, em caso de incumprimento do estipulado no Ponto I, a dívida dar-se-á por vencida, ficando a mesma obrigada ao seu pagamento imediato e por inteiro, sob pena de resolução do contrato de arrendamento.

V

O presente acordo é válido até à total liquidação da dívida, podendo, contudo, ser anulado por incumprimento do Ponto I.

Ambas as partes tomaram conhecimento do conteúdo do presente acordo, obrigando-se a cumprir pontual e integralmente os respectivos termos e condições.

Alcochete, ---- de ----- de 2010

A Entidade Locadora,

A Arrendatária,

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta de acordo, por unanimidade.

**FRACCIONAMENTO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA –
CLIENTE N.º 2767724**

Pelo senhor Vereador Jorge Manuel Pereira Giro foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. Na sequência dos procedimentos administrativos conducentes à cobrança das dívidas relacionados com os consumos de água, o cliente n.º 2767724, Alina Felícia Caba, veio solicitar à Câmara o pagamento da dívida em prestações alegando dificuldades económicas;
2. A dívida é no valor de 87,21 €

Propõe-se a aprovação do fraccionamento do pagamento da dívida em 2 prestações no valor de €43,61 cada (~~€87,21~~ / 2 = €43,61) com início em Dezembro.»

Submetida á discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar por unanimidade, a presente proposta.

**FRACCIONAMENTO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA –
CLIENTE N.º 1276955**

Pelo senhor Vereador Jorge Manuel Pereira Giro foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. Na sequência dos procedimentos administrativos conducentes à cobrança das dívidas relacionados com os consumos de água o cliente n.º 1276955 – Bruno Miguel Fava Pereira veio solicitar à Câmara o pagamento da dívida em prestações alegando dificuldades económicas;
2. A dívida é no valor de €192,10.

Propõe-se a aprovação do fraccionamento do pagamento da dívida em 5 prestações no valor de €38,42 cada ($€192,10 / 5 = €29,07$), com início em Dezembro.»

Submetida á discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar por unanimidade, a presente proposta.

FRACCIONAMENTO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA – CLIENTE N.º 1280362

Pelo senhor Vereador Jorge Manuel Pereira Giro foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. Na sequência dos procedimentos administrativos conducentes à cobrança das dívidas relacionados com os consumos de água o cliente n.º 1280362 – Manuel Maria Ferreira veio solicitar à Câmara o pagamento da dívida em prestações alegando dificuldades económicas;
2. A dívida é no valor de €151,88.

Propõe-se a aprovação do fraccionamento do pagamento da dívida em 8 prestações no valor de €18,99 cada ($€151,88 / 8 = €18,99$) com início em Dezembro.»

Submetida á discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar por unanimidade, a presente proposta.

PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE NAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO

Pelo senhor Vereador José Luís dos Santos Alfélua Ferreira foi apresentada a seguinte proposta:

«Tendo em conta a elaboração dos protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, foi solicitado pelo município às três autarquias a apresentação das propostas para o ano de 2011, que tinham como recomendação, o não agravamento das verbas a atribuir em relação ao ano anterior, dado a conjuntura difícil que todos atravessamos e à qual o município de Alcochete também não está imune.

Recebidas as propostas, foi estabelecido um calendário de reuniões com todas as Juntas, para discussão das mesmas, no sentido de as enquadrar dentro dos parâmetros de rigor da nossa pretensão.

Apesar desta recomendação, os valores atribuídos não porão em causa o cumprimento da missão das três Juntas, permitindo a todas elas honrar os seus compromissos junto dos seus Fregueses.

Este pressuposto foi também entendido e interiorizado pelos respectivos executivos, sendo aceite por todas, conforme documentos anexos.

Em face do acima exposto, somos a propor que o Órgão Colegial Executivo do Município delibere sobre a aprovação dos protocolos de descentralização de

competências, em anexo, que dão forma e desiderato de colaboração institucional entre o Município de Alcochete e as respectivas Juntas de Freguesias do concelho.

Estes protocolos deverão ser enviados, posteriormente, à Assembleia Municipal para deliberação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade, bem como anexar os referidos protocolos como **Doc. 1**.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

PROPOSTA DE ROSM – ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA AO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO

Pelo senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«A reestruturação orgânica do Município de Alcochete, resultante da publicação do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, constituiu uma oportunidade para se aprofundar a reflexão interna sobre a eficácia organizacional dos serviços da Câmara Municipal e introduzir melhorias na estrutura orgânica vigente.

Assim, a presente proposta de organização dos serviços municipais reforça e enfatiza o princípio de coalescência orgânica, que presidira à elaboração do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, aprovado em 2008, no sentido da maximização dos recursos disponíveis e da optimização do desempenho ao nível autárquico, tanto na procura da eficácia organizacional, quanto da satisfação de trabalhadores, em particular e dos cidadãos, em geral.

De acordo com o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, o modelo de Estrutura do Município de Alcochete é Hierarquizado.

Os objectivos da profunda reestruturação realizada em 2008 são agora, por força do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, reforçados, a saber:

- Prosseguir a modernização da organização, capacitando-a para a Melhoria Contínua dos serviços por ela prestados, no âmbito de um Sistema Integrado de Gestão, promovendo a qualificação e a satisfação dos seus trabalhadores e assegurando, em consequência, a qualidade do serviço público;
- Assegurar a adaptação da estrutura orgânica municipal à progressiva transferência de competências para as autarquias locais, num quadro de profundos constrangimentos orçamentais e de limites à despesa pública.

Estão na base desta proposta os princípios do rigor orçamental, da transparência, de desburocratização dos processos, com o objectivo de atingir a eficácia e a eficiência nos serviços prestados às populações.

Este Modelo é composto de uma estrutura hierárquica, com unidades Orgânicas Flexíveis, num total de 11 Divisões.

As Divisões incorporam as subunidades orgânicas, denominadas Sectores, num número total de quarenta e sete, podendo em função de necessidades futuras ser extensível até cinquenta e cinco.

Configura-se, assim, uma estrutura horizontal de primeiro nível hierárquico, destinada a garantir o desenvolvimento dos grandes objectivos de carácter geral e permanente do município, constantes nos seus instrumentos de planeamento e de gestão de curto, médio e longo prazo e que, nessa medida, constituem a Missão da Câmara Municipal.

Face ao exposto, propõe-se:

- A aprovação da presente proposta pela Câmara Municipal de Alcochete de alteração do ROSM;
- O envio da mesma para a Assembleia Municipal para deliberação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por maioria, com 2 abstenções do PS e 5 votos a favor da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 2**.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

TRANSFERÊNCIAS (ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS)

- **Pelo senhor Vereador José Luís dos Santos Alféua Ferreira foram apresentadas as seguintes propostas:**

1 – «A Casa do Benfica em Alcochete, está a promover a formação desportiva na modalidade de Futsal, época de 2010/2011, escalões de juniores, femininos e masculinos, juvenis, iniciados, infantis, benjamins, traquinas e petizes.

De acordo com o n.º 3 do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, a Câmara Municipal de Alcochete passou a assumir, relativamente aos escalões de formação das modalidades federadas a cobertura de encargos de inscrições e seguros dos jogadores.

Nesse sentido, proponho a atribuição de um apoio financeiro de €383,50 (trezentos e oitenta e três euros e cinquenta cêntimos) para fazer face aos encargos acima referenciados.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

2 – O Sport Clube do Samouco, está a promover para a época de 2010/2011, a formação desportiva na modalidade de Futsal, nos escalões de juniores masculinos, juvenis e benjamins.

De acordo com o artigo 3.º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, a Câmara Municipal de Alcochete passou a assumir, relativamente aos escalões de formação das modalidades federadas a cobertura de encargos de inscrições e seguros dos jogadores.

Neste sentido, proponho a atribuição de um apoio financeiro de €138,00 (cento e trinta e oito euros) para fazer face aos encargos acima referenciados.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

3 – «O Futebol Clube de S. Francisco, está a promover a formação desportiva na modalidade de Futsal – categorias de Infantis e Benjamins, época de 2010/2011.

De acordo com o artigo 3.º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, a Câmara Municipal de Alcochete passou a assumir, relativamente aos escalões de formação das modalidades federadas a cobertura de todos os encargos de inscrições e seguros dos jogadores.

Neste sentido, proponho a atribuição de um apoio financeiro de €271,50 (duzentos e setenta e um euros e cinquenta cêntimos) para fazer face aos encargos acima referenciados.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

4 – «A Associação de Protecção de Animais Abandonados “Os Canitos”, dedica-se à protecção de animais abandonados do concelho de Alcochete. Tem como objectivos acolher e tratar os animais abandonados e sensibilizar a comunidade para a adopção e prevenção do abandono.

Apresentou candidatura própria ao abrigo do artigo 3.º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo desta Autarquia, no âmbito do Programa de Apoio às Actividades regulares e tem como finalidade:

- Enquadramento técnico nas actividades de vacinação, esterilização, análises e tratamentos.

Pelo exposto, proponho a atribuição de um apoio financeiro, no valor de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) repartido em duas tranches de €1.250,00 (mil duzentos e cinquenta euros) para fazer face às despesas decorrentes com a sua actividade regular.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

5 – «A Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense irá realizar mais uma vez durante o mês de Dezembro “O Mês da Música”. O programa do “Mês da Música” prevê várias iniciativas comemorativas, assinalando de modo muito positivo o aniversário da colectividade, o aniversário do Grupo Coral da Sociedade e a elevação do Samouco a Vila. Esta é a oportunidade por excelência para mostrar o trabalho desenvolvido durante o ano pela colectividade, oferecendo um assinalável conjunto de iniciativas culturais em época natalícia.

Para o efeito, apresentou uma candidatura, ao abrigo do artigo 4.º, do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo desta Autarquia, no âmbito do Programa de Apoio às Actividades Pontuais.

Pelo exposto, proponho a atribuição de um apoio financeiro, no valor total de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), repartido em 2 tranches de €750,00 (setecentos e cinquenta euros), para fazer face às despesas decorrentes com as referidas comemorações.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

INFORMAÇÕES

➤ **Pelo senhor Presidente foram prestadas as seguintes informações:**

1 – Reunião de Câmara Descentralizada

«Na sequência da proposta aprovada em reunião de Câmara de 3 de Março último “Reuniões de Câmara Descentralizadas para o Ano de 2010”, informo que a próxima Reunião de Câmara Descentralizada se realiza no dia 22 de Dezembro, na freguesia do Samouco, na sede da Junta de Freguesia, com início às 21:00 horas.»

A Câmara tomou conhecimento.

2 – Incêndio Maxampor

«Na sequência da ocorrência de um incêndio na unidade fabril de Alcochete *Maxampor*, no dia 27 de Novembro, pelas 16:10 horas, junto se anexa o relatório de ocorrência (**Doc. 3**), para que constem os procedimentos efectuados.»

A Câmara tomou conhecimento.

3 – Equipas de Intervenção Permanente

«Nos termos do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de Junho e de acordo com o n.º 5 do artigo 17.º, que contempla a constituição de Equipas de Intervenção Permanente (EIP) nos Corpos de Bombeiros detidos por Associações Humanitárias de Bombeiros e no âmbito da 3.ª fase de candidaturas ao abrigo do Despacho n.º 14399/09 de 26 de Junho, e de acordo com o protocolo entre a Autoridade Nacional

de Protecção Civil (ANPC), a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Liga dos Bombeiros Portugueses, foi efectuada a candidatura de interesse de adesão pelo município de Alcochete na constituição de uma Equipa de Intervenção Permanente (EIP), na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete a 23 de Julho de 2009, com o objectivo de elevar o nível de prontidão e resposta em situações de socorro e emergência à população.

A EIP é constituída por cinco elementos (bombeiros), vinculados à Associação Humanitária por contrato individual de trabalho até um período de 3 anos, que assegura o socorro e permanece activa em todos os dias úteis, por um período semanal de 40 horas.

No que diz respeito ao financiamento, a Autoridade Nacional de Protecção Civil e a Câmara Municipal participam equitativamente e na proporção de 50% cada, nos custos decorrentes da remuneração dos elementos da EIP, atribuindo mensalmente a título de subsídio, por cada elemento, bem como demais encargos relativos ao regime de segurança social e seguros de acidentes de trabalho.

Contemplando a Câmara Municipal de Alcochete, um esforço orçamental de €29.000,00 anuais, para fazer face ao compromisso assumido com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete.

Após todas as diligências no sentido de o Município de Alcochete poder vis a beneficiar com esta candidatura, foi-nos transmitido pela Autoridade Nacional de Protecção Civil com ofício datado de 29 de Novembro de 2010, a impossibilidade de se proceder à constituição de novas Equipas de Intervenção Permanente até ao final de 2011.»

A Câmara tomou conhecimento.

4 – Jantar de Natal

O senhor Presidente lembrou aos presentes o convite para o Jantar de Natal, oferecido pela Câmara Municipal de Alcochete, que se irá realizar no dia 17 do corrente mês, nas instalações do *Al Foz*, em Alcochete.

- **Pelo senhor Vereador José Luís dos Santos Alfélua Ferreira foram prestadas as seguintes informações:**

1 – Alcochet’Aventura – Percorso pedestre “Ermida da Barroca d’Alva”

«No passado dia 21 de Novembro de 2010, realizou-se o passeio pedestre “Ermida da Barroca d’Alva” do Programa Alcochet’Aventura. A actividade contou com a presença de 80 participantes, percorrendo a herdade da Barroca d’Alva.

Tal como nos passeios anteriores, os participantes foram presenteados com o sorteio de 6 bilhetes para um espectáculo no fórum cultural.

Mais uma vez, foi também determinante a colaboração da herdade da Barroca d’Alva, na realização desta actividade desportiva.»

A Câmara tomou conhecimento.

2 – Convívio de Andebol e Dodgebol

«Realizou-se no dia 27 de Novembro, o convívio de andebol e dodgebol, no Pavilhão Gimnodesportivo de Alcochete.

Este convívio contou com a participação de 110 participantes do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas de Alcochete e pautou-se por um grande sucesso, tendo certamente, contribuído para o desenvolvimento de competências nos participantes desta iniciativa.

A Câmara Municipal de Alcochete ofereceu um lanche, transporte e um diploma de participação a todos os participantes.»

A Câmara tomou conhecimento.

- **Pela senhora Vereadora Susana Isabel de Freitas Custódio foi prestada a seguinte informação:**

– Actividades da Divisão de Cultura e Identidade Local durante o mês de Novembro

«1. Actividades para o público em geral

Peça do Mês

Tipologia: Exposição

Dias: de 1 a 30

Local: Núcleo Sede do MMA

Público: 10 visitantes

Passe, Cidadão!

Tipologia: Exposição

Dias: de 2 a 30

Local: Sala Polivalente do Fórum Cultural de Alcochete

Público: 243 visitantes

Integrado no programa de Comemorações do Centenário da República

Centenário da Revolução Republicana 1910-2010

Tipologia: Exposição

Dias: de 1 a 19

Local: Galeria Municipal

Público: não contabilizado.

Letras e Cores, Ideias e Autores da República

Tipologia: Exposição

Patente até 27 de Novembro

Local: Sala Multiusos da Biblioteca de Alcochete

Público: não contabilizado

Integrado no programa de Comemorações do Centenário da República

Clube de Leitura em Voz Alta | Andante Associação Artística

Tipologia: Ateliê de Leituras

Dias: 2, 16 e 30

Local: Biblioteca de Alcochete

Público: 49 pessoas

Contos de arrepiar

Tipologia: Hora do Conto para Pais e Filhos

Dia: 6

Local: Sala do Conto da Biblioteca de Alcochete

Público: 110 pessoas

Integrado no programa *Ao primeiro sábado de cada mês ... era uma vez!*

Ação de formação *Iniciação à Informática*

Tipologia: Formação

Dias: 23, 26 e 30

Local: Biblioteca

Público: 12

Lashoj Tyo Dyes! | Companhia Gadjé

Tipologia: Música e Dança

Dia: 6

Local: Auditório do Fórum Cultural de Alcochete

Público: 90 pessoas

Insígnia

Tipologia: Música

Dia: 12

Local: Auditório do Fórum Cultural de Alcochete

Público: 186 pessoas

Comemorações de São Martinho

Tipologia: Animação

Dia: 13

Locais: Alcochete (Largo de São João) e Samouco (Praça da República)

Público: não contabilizado.

Visita Orientada ao Núcleo de Arte Sacra

Tipologia: Educação patrimonial

Dia: 17

Local: Núcleo de Arte Sacra do MMA

Público: 11 pessoas

Lançamento do livro Rosas & Espinhos

Com a participação especial da escola de música *O Artesão do Som*

Tipologia: Informação + música

Dia: 20

Local: Sala Multiusos da Biblioteca de Alcochete

Público: 150 pessoas

Banda da Armada

Tipologia: Música

Dia: 26

Local: Auditório do Fórum Cultural de Alcochete

Público: 275 pessoas

D.^a Raposa e Outros Animais | Companhia de Teatro de Almada

Tipologia: Teatro para a Infância

Dia: 28

Local: Auditório do Fórum Cultural de Alcochete

Público: 171 pessoas

Integrado no programa de promoção cultural para a infância em contexto familiar

... E Porque Hoje é o Último Domingo do Mês

Sombra | Moonspell

Tipologia: Música

Dia: 30

Local: Auditório do Fórum Cultural de Alcochete

Público: 360 pessoas

2. Actividades para o público escolar:

À descoberta da Casa dos Sonhos

Tipologia: Promoção da Leitura

Dias: 5, 11 e 12

Local: Biblioteca de Alcochete

Público: 40

À mesa com os livros da Biblioteca

Tipologia: Promoção da Leitura

Dias: 10, 17 e 25

Local: Sala do Conto da Biblioteca de Alcochete

Público: 156

A Presença Romana

Tipologia: Educação patrimonial

Dia: 19

Local: Núcleo Sede do MMA

Público: 42 participantes

A subir e a descer descobrimos o Museu

Tipologia: Educação patrimonial

Dia: 19

Local: Núcleo de Arte Sacra do MMA

Público: 42 participantes»

A Câmara tomou conhecimento.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registou-se a seguinte intervenção:

D. Isabel Clóló:

Deu conhecimento ao executivo de apenas agora ter recebido a resposta do Centro de Saúde de Alcochete, a uma reclamação apresentada por si, há já alguns meses, e da qual deu conhecimento à Câmara.

Face aos insuficientes cuidados de saúde, lamentou que Alcochete não tenha um médico residente.

Mais, em seu entender, considera exagerado o subsídio que a Câmara atribuiu à Fábrica da Igreja Paroquial de Alcochete.

As questões colocadas foram esclarecidas pelo senhor Presidente da Câmara e pelo senhor Vereador Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado.

Mais foi deliberado aprovar a presente acta em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:50 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, Coordenadora Técnica, subscrevo e assino.